

# UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A REVOLTA DE SANTO AMARO

**Sidnei Vieira dos Santos<sup>1</sup>**

Orientadora: Prof. Dra. Edna Maria de Matos Antônio

## Resumo

A Insurreição de Santo Amaro foi um Marco importantíssimo para o processo político da provincial e de grande valor histórico para a região havendo repercussão nacional na época embora pouco trabalhado pelos nossos historiadores. O presente artigo analisa como a historiografia sergipana descreve esse acontecimento Histórico ocorrido no final de 1836 e início de 1837. Fazendo uso como metodologia a pesquisa bibliográfica baseada em leituras dos textos escritos sobre o tema nas obras dos três autores selecionados, procurando mostrar a importância da valorização da historiografia do evento em evidência, destacando e priorizando os estudos historiográficos.

Palavras-chave: Revolta, Política, Historiografia.

## Introdução

Esse artigo foi idealizado de forma casual, pois não se tinha uma ideia do que poderia ser, mediante varias ideais que vinham surgindo, pensou-se em algumas possibilidades, mas nenhuma apresentou-se satisfatória, quando em uma palestra sobre Sergipe percebemos o quanto poderíamos aproveitar do seu potencial, pelo fato de ter poucos trabalhos sobre uma região tão rica em história. Dai a curiosidade aflorou quando uma luz surgiu nessa palestra, do professor Dr. Fernando Sá, que estava discursando sobre a falta de interesse dos pesquisadores diante das histórias regionais e abordou sobre a revolta Santo Amaro que tinha acontecido em Sergipe em um período conturbado como foi o regencial e que poucos se interessavam sobre isso.

O início da pesquisa começou e procurou-se trabalhar o contexto da insurreição por uma perspectiva historiográfica tendo como base as obras dos principais pesquisadores sobre Sergipe com o intuito da retomada das discussões sobre o assunto em questão vendo que ainda continua adormecido nos debates historiográficos locais. Instigando assim a necessidade da realização de novos estudos para maior compreender a insurreição santamarense demonstrando visões e o

---

<sup>1</sup> Graduando em História ( Licenciatura plena) pela Universidade Federal de Sergipe

compromisso dos autores que foram trabalhados, assim como procurar novas evidências sobre o tema.

O objetivo da pesquisa sobre o assunto está em mostrar o tão quanto é importante valorizar a historiografia desse evento em particular, valorizando as obras dos historiadores mostrando a visão de cada um(a) sobre a revolta e qual a importância ela tem assim como priorizar uma historiografia mais detalhada.

A metodologia aplicada foi desenvolvida a partir das pesquisas bibliográficas e análises textuais descritas nas obras que falam sobre a Revolta de Santo Amaro utilizando como fontes Felisbello Freire, *História de Sergipe*, Maria Thetis Nunes, *Sergipe Provincial I 1820/1840* e José Ibarê Dantas, *Leandro Maciel: O patriarca do Serra Negra e a Política oitocentista em Sergipe*, além de outros textos que serviram como auxiliares na análise e compreensão dos nossos personagens objetos da nossa investigação.

Com base nas propostas levantadas sobre a temática acima resolveu-se apresentar uma pequena sinopse do acontecido.

Sergipe tinha vindo de uma grande conquista, pois se tornaria independente da Bahia em 1820, mas, só viria a se estabelecer politicamente entre as capitanias Imperiais em 1825, com as eleições para Assembleia geral. Quando em 1831 com abdicação de D. Pedro I. o Brasil adentrou num período de várias agitações políticas, esse intervalo de um Império para outro é chamado de Regência.

Neste contexto de conturbações políticas decorreu num processo eleitoral marcado pela continuidade quase “ditatorial” de um partido político. A população desprovida de bens e impossibilitada de ter o direito de liberdade e voto davam margens para garantir assim a minoria dos conservadores no poder, esses que detinham as grandes propriedades de terra e que queriam a perpetuação do poder.

Diante dessa caçada desenfreada de poder fizeram com que as eleições virassem palco de várias fraudes eleitorais. Um bom exemplo disso ocorreu nas eleições para a Câmara da Assembleia Geral Sergipana em 1836, quando o partido legal (camondongos), viu-se parcialmente derrotado pelo partido liberal (oposição) com um bom percentual de votos, até a interrupção das apurações faltando ainda o colégio eleitoral de Lagarto.

Em vista do resultado desfavorável os conservadores falsificaram a ata dando favorável margem de 3627 votos resultando ao seu favor, evitando assim a deposição do governo de Bento de Mello Pereira (Barão de Cotinguiba). Isso causou aos Santamarenses um inconformismo dando

margem para elaboração de um plano que eclodiria na revolta ou como diz alguns estudiosos “Insurreição da Vila de Santos Amaro das Brotas”.

Com isso o quartel de laranjeiras além de outros das províncias vizinhas foram saqueadas pela comunidade revoltosa tendo armas e munições roubadas nos dias 15 e 16 de Novembro de 1836. Por motivo de força maior foi requisitado por Bento de Mello uma força armada da Bahia para conter os rebeldes.

Liderando as forças, o Cel. Sebastião Gaspar de Almeida Boto, seu vice e integrante do partido Liberal, o mesmo por meio de uma conferência tentou-se uma mediação com os partidos com o intuito de acabar com as ações dos rebeldes, após o cessar os rebeldes voltaram para Santo Amaro, nesse meio tempo houve um cerco a vila, ocasionando um confronto direto com várias mortes, os líderes dos rebeldes fugiram para outras províncias para tentar um novo levante que foi rapidamente abafado.

Esse período de tensões só vai ter uma trégua em 1838 com a vinda do ministro Imperial que por meio de uma portaria anulou as eleições 1836, podemos afirmar que foi uma derrota vitoriosa, pois os revoltosos militarmente foram derrotados, mas saíram triunfantes com a anulação das eleições.

O período de 1831 à 1836 forma o que chamamos de primeiro período da regência caracterizada pela iniciativa do governo em promover melhorias a província, defender os direitos do povo, ampliar a instrução pública, manter a ordem e a paz, tão transtornada pelos acontecimentos passados.

Já o segundo período, que vai de 1836 à 1842, é um período marcado por agitações, paixões políticas, de assassinatos, rapinagem, desprezo da lei e prepotência dos mandões, ou seja, foi o era negra da Regência.

## **Os estudos Historiografia**

A produção de um estudo desta natureza exigiu uma reflexão antecipada do fazer historiográfico pois trata-se de uma vertente que se configurou num momento importante da história. Conjecturando tal reflexão, faremos um traçado conceitual, dissertando a trajetória da historiografia durante os séculos XIX e XX, períodos que foram escritas às obras questionadas.

De modo efetivo, a procura de uma elucidação conceitual para a historiografia exigindo uma posição unânime que possa abraçar efetivamente o significado do termo. Por meio desta tentamos esclarecer o significado da palavra optando por descrevê-la sob nossa ótica.

A historiografia, resumidamente falando, não seria mais que a definição do próprio termo etimológico, ou seja, escrito (grafia) da história. Entretanto, não podemos confundir história com historiografia. História significa conhecimento sobre algo particularmente relacionado a vida humana, ao passo que, historiografia segundo Rogerio Forastieri.

“(...) tem como alvo um autor e sua obra ou uma comparação entre autores e algumas de suas respectivas obras, que pode ter por interesse investigar, por exemplo, a forma ou estilo de escrita, ou a forma que os autores objeto de comparação vieram a tratar de determinados temas, ou dentro de um mesmo período da história da historiografia comparar autores.”(Forastieri: 2001, p. 22).

Rogério Forestieri também conceitua a historiografia como “estudos que tem por finalidade saber como um determinado tema tem sido tratado ao longo do tempo, por vários autores e várias obras, ou da perspectiva das tendências ou escolas históricas.”(2001, p. 23) e assim podemos relacionar essas definições historiográficas ao tema Revolta de Santo Amaro, especificamente.

Outro significado para historiografia segundo o dicionário eletrônico, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, é a “ arte de escrever a história, estudo histórico e crítico acerca da história ou dos historiadores”(1999). Vale ressaltar, que a historiografia pressupõe a adoção metodologia no sentido mais amplo, ou seja, o estudo que envolve reflexões, de natureza vária, sobre os historiadores e suas respectivas obras.

O papel que a historiografia assume com a história é fundamental pois a auxilia na compreensão do desenvolvimento da ciência histórica, podendo revelar sua maturidade ou imaturidade. Por isso deve ser entendido como a análise crítica do saber histórico e de sua produção. Concluí, nesse sentido, Amaral Lapa “(...) a historiografia de um país pode ser um dos melhores sintomas do amadurecimento ou não da sua ciência histórica.” (LAPA, 1976, p. 13).

A criação dos estudos históricos nas academias favoreceu certa maturidade a historiografia geral, ultrapassando e superando o paradigma que fora inaugurado por Eduard Fueter no início do século XX. Segundo Forastieri.

“os estudos historiográficos gerais perdem o caráter de resenhas bibliográficas com informações biográficas ou generalidades sobre “escolas históricas “e tratam das grandes linhas de desenvolvimento da historiografia,(...) abdicando do interesse enciclopédico de listar todos os autores e suas respectivas obras e, no lugar disto, dá-se maior atenção ao contexto cultural em que emergem as novas correntes historiográficas. (FORASTIERI: 2001, p. 25)

Já a historiografia brasileira esse processo tardou, de modo que a introdução de materiais específicos nos programas curriculares das universidades somente começou a aflorar a partir da

segunda metade do mesmo século, de forma bastante lenta. Sobre esta questão José Honório Rodrigues mostrou-se preocupado com a falta de instrução profissional adequado na elaboração do conhecimento histórico, salientando por exemplo, que a metodologia da história tardou no ingresso no ensino superior no Brasil.

Na compreensão do autor Jurandir Malerba, em sua obra *A Escrita da História: teoria e história da historiografia*. “A fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração” (MALERBA, 2008, p 17). Assim, cada geração de historiadores tem o poder de reconstruir o conhecimento histórico e esse poder, interage na historiografia, que se amplia com as revisões do passado, de modo que “cada geração conhece mais e melhor a passado do que a precedente” (MALERBA: 2008 p. 17). Assim sendo, para o autor, a historiografia é sempre contemporânea posto que está relacionada a uma vasta coleção de narrativas, quanto mais conhecimento histórico aparecer mais será ampliado e, por decorrência, uma renovação contínua da historiografia.

O historiador francês Charles Olivier Carbonell, adiciona que historiografia consiste na história do discurso construído sobre o passado da humanidade, enfatizando como sendo produto da história, reveladora da sociedade que a produz: “a historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou” (CARBONELL APUD MALERBA: 2008 p 21).

Segundo G. Gusdorf “o advento da historiografia humanista está associado à consciência cívica dos intelectuais enfronhados na vida da cidade” (GUSDORF APUD CARBONELL: p. 69). Sendo assim a historiografia está sujeita a historicidade produzida intelectualmente por historiadores.

A experiência histórica da humanidade remete no fazer historiográfico. Ao passo da prática cultural e da estrutura mental que conduz a uma exposição elaborada do passado como também a experiência social do historiador. Fazemos uso de Malerba ao sintetizar que “podemos concluir que a historiografia se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica” (MALERBA: 2008 p. 24).

## **Historiografia Brasileira dos séculos XIX/ XX**

Vamos analisar a historiografia de forma como compreendemos hoje, observando que essa disciplina começou a obter atenção bem tardiamente aqui no Brasil. Observemos o caso da própria história, instaurou seu reconhecimento como ciência autônoma a partir do séc. XIX. E mesmo assim para história se configurar como método científico no país tardou muito. Principalmente na questão da historiografia.

Há mais de cinquenta anos essa prática era esquecida. Por ventura motivou as preocupações de autores como José Honório Rodrigues citado anteriormente, cujo principal objetivo foi defender insistentemente a inclusão da disciplina na grade curricular das universidades, sendo assim tentar-se-á fazer um delineamento inicial da historiografia Brasileira.

Iniciado pós criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 21 de outubro de 1838, transitando até a contemporaneidade, num traçado que demonstra sua evolução no Brasil, para vislumbrar a visão de suas feições ao caminhar do tempo.

A averiguação histórica ganha amplitude no Brasil a partir do século XIX. Porventura com a fundação do IHGB, principal centro de fecundação da pesquisa sobre a temática Brasileira, acima de tudo pela função viabilizar a reescrita histórica da pátria mãe. Todavia, a interferência do Instituto nessa empreitada encaminhou a uma reflexão negativa para a historiografia, de forma que a meta conduzida pelo IHGB de enaltecer o período colonial acabou ficando imbuído na mentalidade dos historiadores dessa geração. Por assim dizer, na segunda metade do século XIX, até os primeiros vinte anos do século XX havia uma predominância absoluta dos estudos sobre o período colonial.

A historiografia como a conhecemos hoje no Brasil começou tardiamente. Se compararmos pelo lado da própria história que começou a ter fervor somente quando foi reconhecida como ciência autônoma, em meados do século XIX. Mesmo assim, sua afirmação como método científico no país também postergou.

O legado histórico do processo principiado com o IHGB é imensamente pertinente, por permitirmos avaliar esse momento da historiografia brasileira. Para Raquel Glezer em seu trabalho sobre *“história da historiografia brasileira: construção e permanência”*, a tradição estava a serviço do regime monárquico, e exerceu um papel importante na elaboração da história do país naquele momento (GLEZER: 2002, p. 38-39).

Como sua declaração, Raquel Glezer salienta que a historiografia brasileira até certo tempo dedicava-se exclusivamente ao período colonial, cuja, as pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores coadunados ao IHGB exerceram valores contributivos nesse sentido. Para Honório Rodrigues “ a história colonial foi, durante ainda os trinta primeiros anos deste século, a eleita dos historiadores nacionais e dos responsáveis pelas edições de texto históricos”.(RODRIGUES: 1978,p.33). Ele nos sugere que a representação historiográfica sobre a fase colonial teve uma significação considerada até as primeiras três décadas do século XX.

Segundo os apontamentos de Honório Rodrigues, os indícios da nova historiografia despontaram a partir de 1890, mesmo de forma frágil, tendo sequência contínua nas primeiras décadas do século XX, ocasionando temas referentes a história econômica e social. Mas a nova

historiografia se evidencia de fato com Capistrano de Abreu que a enriqueceu com novas temáticas sobre, regimes de terras, legislação e partidos políticos, além de formular um dicionário de história do Brasil. Sem dúvidas essas mudanças denotam sinais que marcariam a ruptura da tradição ligada ao período colonial, apesar do predomínio dos estudos sobre o Brasil.

No entanto, as mudanças estariam condicionadas a inserção nos currículos acadêmicos, como a disciplinas de metodologia da história e historiografia, de maneira que a falta de um conhecimento catedrático nesse campo tende a afastar o avanço da historiografia. Observemos que até a década de 70 do século XX, praticamente não havia historiadores profissionais que pudesse refletir os avanços nesta área. Até a publicação da edição de José Honório, não havia ensino de metodologia da história nas universidades.

Para solucionar a carência de disciplinas específicas de boa qualidade profissional seria necessário uma revisão curricular nas academias, o reconhecimento profissional do historiador e mudar as perspectivas de temas colocando um contexto atuante como os países Norte Americanos, a Rússia e orientais tornando-se um divisor de águas entre a “velha história” e a “nova história”. Vale salientar que as discussões sobre a profissionalização do historiador foi produto da década de 1970 no contexto marcado pela guerra fria.

A compreensão das transformações na historiografia dos séculos XIX e XX, nos fez perceber uma historiografia inicial tipicamente tradicionalista de cunho romântico que se ramificava em duas correntes: uma liberal e outra conservadora, que admitiam tendências respectivamente erudita e retórica decorrente da primeira metade do século XIX. A partir da segunda metade do mesmo século a historiografia assumia uma determinada característica manifestada em duas tendências: a primeira crítica e a outra revisionista.

A partir do século XX, o historiador José Roberto do Amaral Lapa, para analisar a produção historiográfica separando temas específicos, classificando os escritores do período em blocos. Um integra análises gerais qualitativas da produção e as dificuldades dos estudos históricos, o segundo, analisa qualitativamente setores por temas e períodos e o último fornece análise crítica das ideologias da história do Brasil, sugestão de classificação dos historiadores e regularidade da evolução do pensamento histórico.

Na interpretação de Amaral Lapa as significações da historiografia brasileira não obtiveram alteração alguma até os anos 20 do século XX, menos Capistrano de Abreu que foi um caso à parte. Nas duas primeiras décadas do século XX, a historiografia brasileira não evoluiu apenas continuou a historiografia do século XIX, ainda não havia técnicas renovadas de investigação. Após a segunda década do século XX começou-se o aceleração das transformações do processo histórico nos

campos políticos, sociais, econômicos e culturais. Seguindo essa lógica, o movimento modernista deu uma colaboração positiva para historiografia. Nessa questão Amaral Lapa contribui para o movimento dizendo, (...)” implicou não apenas numa renovação formalística e temática, mas de toda uma filosofia e mesmo uma tentativa ideologia que procurava repensar a realidade dentro de certos esquemas estéticos” ( LAPA: 1976, p. 71).

Dando sequencia ao contexto, alguns pesquisadores dessa geração também estabeleceram contatos com esse movimento no tocante são, Honório Rodrigues, Caio Prado Jr., Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Nelson Werneck Sodré, segundo Lapa, é o que melhor representa a Historiografia contemporânea pois (seguindo a sequencia dos historiadores), nos permite viajar nas histórias, políticas, econômicas, sociais e culturais. Seguindo ainda o autor, a aproximação entre modernismo e historiografia significou em termos de renovação e fermentação das ideias.

As tendências historiográficas atuantes na década de 70, ocasionaram reunião estabelecida por Amaral Lapa da seguinte forma: *A reinterpretação do passado através do revisionismo histórico*, ou seja, dando isolamento a historia artesanal e situando uma historia mais idealizada e mais costumeira ao publico, *os estudos sistêmicos da historia contemporânea do Brasil*, abrangendo os períodos republicanos e a contemporaneidade. Esses estudos só começaram a aparecer na década de 1960 tendo influência nos pensamentos de Honório Rodrigues. Nesse sentido, a interdisciplinaridade propiciou de forma considerada uma amplitude para a historiografia, segundo Falcon “ a inclusão de outros setores das ciências humanas compõe o universo historiográfico e não apenas de obras de história”.(FALCON, 2011, p. 19). *A inovação das técnicas, no uso das fontes e na metodologia*, proporcionou novas perspectivas para a história permitindo abertura de novos questionamentos além de outras óticas já existentes, especialmente nas pesquisas interdisciplinares resultante do diálogo dos historiadores com outras áreas das ciências sociais na produção de conhecimento.

Em suma, nessa época os entendimentos contribuíram para o arranjo da historiografia brasileira seguindo duas linhas de pensamentos a tradicionalista e a outra modernista. Uma associada ao revisionismo histórico e outra encaminhada ao viés interpretativo.

Observa-se assim que, o reflexo das influências interdisciplinares sobre os historiadores na década de 80 no Brasil trouxe mudanças aos métodos e técnicas de investigação e incentivaram o desenvolvimento das produções históricas assim como as problemáticas relativas ao avanço do país. Por assim dizer, a busca por temas ligados ao Império e a República tiveram um constante crescimento, acarretando uma interrupção com os estudos sobre colônia que vinha numa tendência até meados de 1960.



Sob essa ótica Antônio Diehl em sua obra *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*, publica que nas três últimas décadas a historiografia brasileira permeia significativamente transformações em relação aos aspectos metodológicos.

Partindo disso, as produções historiográficas caracterizaram-se pelo predomínio de relatos e interpretações no período de 1950, focalizando temas como Estado, Classes sociais, Partidos Políticos e economia. Com tudo o período preconcebido entre 1960 e 1970, foi marcado pelas produções dos brasilianistas que se destacaram na produção historiográfica brasileira. Isso só foi possível pelo alto investimento científico e financeiro proporcionado pelos centros de pesquisas do exterior, assim descreve Antônio DIEHL.

A tendência factual foi sendo substituída pelas histórias política e econômica dominante na historiografia dos anos 70, essa ação frutífera se generalizou com a crise do “milagre brasileiro”(DIEHL: 2004, p. 19). Como a diversificação do campo histórico ocasionou o surgimento de novas temáticas mediante crise do modelo histórico-tradicional alargado pelos programas de pós-graduação entre as décadas de 70 e 80 do século passado.

Os anos de 1980 foram marcados pelo, predomínio temático ao social, tendo como seu maior influenciador a historiografia Francesa e vários problemas sociais enredaram nesse período: doenças, loucura, o corpo, os grupos minoritários, o operariado, negros, mulheres. Conforme DIEHL, a nova tendência demonstra o amadurecimento da historiografia brasileira. Essa década representou um súbito aumento na historiografia em termos de produções históricas do país, pois “nunca se teria pesquisado tanto a história do Brasil em tão variadas direções” (DIEHL: 2004 p.31) por causa da formação dos historiadores nos cursos de pós-graduação da nova geração.

Já na década de 90, mediante o momento democrático, a historiografia ingressa no reflexo da departamentização da produção histórica, ou seja, os departamentos convertem-se no local de produção histórica e pelas ideias de progresso próprio do entendimento histórico. Nesse período progride a micro história fazendo-se evidente na atualidade.

## **Abordagem da Revolta de Santo Amaro na visão de Felisbelo Freire**

O primeiro autor a tratar da revolta de Santo Amaro foi o sergipano Felisbelo Freire. Num determinado período do século XIX, ocorreu o que se chama de afloramento do exercício das pesquisas regionalistas, cujo alguns autores procuraram aprimorar no terreno da história regional as particularidades de cada estado deixando as contextualizações no âmbito geral da estrutura do país, seguindo esse viés, Freire deu sequência ao seu trabalho como historiador publicando seus estudos na

imprensa local até a produção da obra *História de Sergipe*, livro que constitui quatro partes na base introdutória é abordado aspectos dos primeiros habitantes, como elementos étnicos, o processo evolucionista além das características geológicas de Sergipe. Na segunda é dado o histórico da sua formação (1575-1696), do momento de sua descoberta e conquista de Sergipe ao fim da dominação holandesa e início do novo domínio português nessa abordagem possui sete capítulos. Na sequência, Felisbello retrata a Expansão Colonial (1696-1822), Sergipe como comarca da Bahia até a aclamação da Independência. Por último, encontramos os aspectos da política Imperial (1823-1855), apresentando a formação do governo provisório da província de Sergipe e seus sucessores, o governo da Regência e nesse assunto encontra-se a Revolta de Santo Amaro em 1836 e que veremos na sequência. A obra é finalizada com a discussão sobre os limites dos territórios de Alagoas e Bahia.

Felisbello Freire ao retratar a Revolução de Santo Amaro dedica um capítulo inteiro sobre o fato, descrevendo os acontecimentos num detalhamento impressionante das transformações do caráter político nos dois períodos da regência, ou seja, como um período de pensamentos progressistas cuja prosperidade e o desenvolvimento eram metas, pode se transformar numa verdadeira desordem política minando corrupção e atentados gerando um verdadeiro caos político.

Em seu livro, o autor transcreve os primeiros dias do governo dos delegados da regência como um período de calma. Pois o convencimento era de que o administrador precisava zelar pelo bem público, estimulando a prosperidade geral, mantendo a ordem e desenvolvimento, deixando de lado os interesses políticos do partido como era no período anterior.

No período que se adentrou mediante os movimentos de abril de 31 as administrações deixaram para trás esses interesses pensando na prosperidade pública. Isso ocorre segundo Freire pelo fato dos primeiros administradores não serem filhos da Província consequentemente não tinham o interesse de família aos anseios da política local, além disso eram homens de reconhecida competência, caráter e talentos cujos os nomes eram Dr. Joaquim Marcelino de Brito e Dr. José.

Um ponto importante que Felisbello Freire expõe é o fato que nem essas administrações que visavam a prosperidade da província conseguiu acabar com os abusos praticados na província, ficando seus promotores sem punição, não só pelas ligações políticas que as protegia mas também pelo elemento família. Mostrando que a justiça nas mãos erradas nem sempre garantia os direitos do cidadão.

Freire também indica que por mais que a administração se esforçasse, não poderia vencer os hábitos de arbítrio das autoridades e da pouca observância dos preceitos legais, praxe tão antiga na sociedade de Sergipe, ou seja, o descuido da legislação colonial relativamente a instrução e sua distribuição pelas camadas sociais, quase absoluto.

Ele também compreende perfeitamente que sem a cultura popular, não se pode compreender nitidamente os deveres sociais. Sergipe já tinha certa emancipação política e administrativa, de acordo com o regime monárquico, mas não tinha um órgão de publicidade, como foi falado anteriormente o primeiro jornal só foi criado em 1835, e o numero de escolas era muito baixo com relação ao numero de habitantes. Isso determinou à causa mais geral desses hábitos, de desrespeito às leis e o abuso de poder, vezos que caracterizam aquela sociedade completamente submersa na ignorância.

Segundo Felisbello Freire o Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa assume o cargo de Presidente em 1835, com o intuito de mudar o panorama administrativo da província, seus principais objetivos era fiscalizar as prestações de contas e proibir o trafico negreiro na província, que tanto se fazia presente apesar da lei de abolição estivesse em vigor ( seu objetivo era prestar um grande serviço a Sergipe implantando hábitos de legalidade e educação cívica).

Mas o método que silva Lisboa aplicava era de extremo exagero, que acabou despertando um descontentamento por parte dos representantes da Província na Assembleia Geral, particularmente os deputados Manoel Silveira e Joaquim Fontes que enviaram "infames calúnias" por meio de carta ao Ministério Imperial.

O presidente Silva Lisboa passava por momentos de grande conturbação, pois além de se preocupar em responder ao Ministério do Império, tinha que abafar um movimento revolucionário que crescia na vila de Santo Amaro mediante lei aprovada pelo próprio que determinava a transferência de Santo Amaro para Maroim. Essa medida não foi bem aceita por parte dos habitantes que resolveram opor-se com armas se caso a lei fosse executada.

Silva Lisboa, temendo um conflito compreendeu que melhor saída seria convocar novamente a Assembleia e alterar a lei impedindo a mudança. Nesse período o mesmo respondia as afirmações caluniosas ao ministro do império expondo todo seu empenho em desenvolver o importante serviço a província. Em suas palavras o presidente S. Lisboa responde ao ministro indignado pois estava-se fazendo um belo trabalho na administração corrigindo seus vícios, atendendo as obras públicas, calçando e ampliando as ruas, iluminando a cidade, organizando a Guarda Nacional, aumentando policiamento e garantindo a segurança publica que se encontrava no caos além de fiscalizar.

Ao final de sua declaração, Silva Lisboa solicita sua demissão indignado com tais denuncias passando o cargo administrativo para o último presidente da fase prospera da província Dr. Fernandes de Barros.

Fernandes de Barros não estava em Sergipe para sua nomeação, então Silva Lisboa seguiu o ritual de passagem da administração para seu vice o capitão- mor Inácio Dias de Oliveira que tomou

posse no dia 10 de outubro, e em 19 do mesmo mês, Dias de Oliveira passa a administração ao tenente-coronel Sebastião de Almeida Boto que presidiu até a chegada da Bahia do Dr. Manoel Joaquim Fernandes que tomou posse em 6 de Dezembro 1835.

O mesmo, como diz Freire, não era fruto do meio social de Sergipe, sua educação vinha dos moldes europeus formando-se em Medicina em Paris, sendo discípulo de Gay Lussac. Fernandes Barros era um homem de uma competência extraordinária, veio da Europa para Sergipe, onde casou-se e morou no engenho Jesus Maria José em laranjeiras.

Envolveu-se na política, e como suas qualidades foi conquistando a simpatia da opinião, chegando a entrar no pleito para deputado à Assembleia Geral juntamente com seu arqui-inimigo político e pessoal Sebastião de Almeida Boto.

Essa disputa eleitoral foi movida por conturbações, ou seja, houveram varias tentativas de manobras políticas acerca de compra de votos, fraudes, todos os tipos de desatinos contra a liberdade do sufrágio universal para poder garantir a escolha do candidato que patrocinavam. Foi esse o ponto que chegou as eleições de 1836 e o partido liberal de Almeida Boto procurou estabelecer o domínio das eleições esquecendo os meios legais de honestidade para alcançar os seus objetivos, pois o partido legal de seu opositor era considerado de bastante força no cenário político e possível vencedor do pleito. Em seu livro, Freire indica que a disputa ocorre de forma que os dois partidos preparam-se para as lutas. Todos os meios foram improfícuos para uma vitória honesta do partido do governo.

A forma arbitrária que empunhou o partido de Boto para garantir as eleições foi de tamanho escândalo que o partido adversário tomou como afronta e incitou um principio de revolta que acabou tomando proporções em grande escala na vila de Santo Amaro e nas demais regiões da Província. Os habitantes de Santo Amaro temendo pelas suas vidas fugiram do tumulto que acontecia. Freire transcreve um trecho de memória, escrita por Travassos cujo relato ele faz do processo de apuração das eleições.

Os revoltosos organizaram-se com armas e se prepararam para o confronto com as forças armadas de 600 paisanos liderados pelo outro candidato Almeida Boto que seguia ao cerco da vila de Santo Amaro chegando a vila viu todas as portas fechadas, sem a grande maioria dos populares Boto dá o comando para que sua força pudesse arrombar as portas e comesçassem a saquear os pertences que os habitantes haviam deixado para traz na fuga para as praias, quando foi dito a maioria quis dizer que tinha ficado para traz algumas pessoas três para ser exato são eles Manoel Alves Pereira, Daniel Canavieira, João Severo que por motivos de doença não seguiram com o restante da população, segundo Freire os mesmos foram conduzidos à praça e fuzilados, depois do

feito seguiram a saquear as casa e até igrejas não foram isentas, após os feitos de saque Boto retirou-se deixando um destacamento no comando de João Bolacha que fora emboscado bêbado por 20 revoltosos e morto, a guarnição sem seu comandante bateu em retirada para não sofrer baixas.

O presidente para apaziguar os ânimos conferiu ao vigário José Gonçalves de Figueiredo (que era candidato a deputado geral) que advertisse os revoltosos a baixar as armas prometendo não penalizar ninguém, mas foi logo repreendido pelo fato do não cumprimento da proclamação lida em Sant'anna.

Mediante os fatos o então Presidente enviou uma nova armada com 400 praças que ao chegar a vila foram emboscados resultando em mortes para ambos os lados, mas a desigualdade de força era muito grande por parte do governo fazendo com que os revoltosos saíssem da vila a deixando deserta de novo. Novas investidas foram feitas para encontrar os envolvidos que se dispersaram para outras comarcas até pessoas influentes do partido de oposição migraram para outras províncias como Bahia e Alagoas sendo um deles o Dr. e candidato Manoel Joaquim Fernandes de Barros que fugiu para Alagoas temendo por sua vida, seu assassinato só veio a acontecer na Bahia mais tarde em 1840 por seu algoz Almeida Boto.

A contenda entre os dois originou-se de pleitos eleitorais entre outros fatores assim como o prestígio que conquistava, além da influencia na política. Fernandes Barros analisava sua vida pouco segura mediante o incomodo que causava aos seus rivais, pois era quase imbatível na política. Fernandes de Barros tinha uma capacidade administrativa acima de seus antecessores e para Freire era fácil prever a prosperidade que estava para acontecer em Sergipe. Seu programa administrativo, anunciado na Assembleia Provincial em 11 de janeiro de 1836, assegurava crescimento, assim como uma nova roupagem política na província. Sua solicitação abrangia leis que previam crimes, corrigiam delitos, assegurando a tranquilidade publica, na educação pedia um novo plano de ensino, por meio de uma escola normal para beneficiar tanto homens como mulheres também; pedia leis que proibiam enterrar mortos nas igrejas, obedecendo a um princípio de higiene, solicita também ajustes para o melhoramento da lavoura da cana, idealiza o começo da plantação do café, cacau para aumentar condições nas grandes zona de lavouras, que se estabeleça uma corrente migratória para o estrangeiro.

Mas como o próprio Freire expõem nada disto pôde realizar infelizmente, a não ser a nova alfândega, pois teve que passar a presidência para Bento de Melo Pereira no mesmo ano.

Enquanto isso, a eleição que ocasionou a Revolta em Santo Amaro foi considerada nula por decreto Imperial em vista a grande fraude que ocorreu. O presidente foi demitido do cargo em virtude das suas ações que foram tradadas como ineptas sendo substituído em 1837.

Quando Fernandes de Barros deixa a província para fugir das perseguições encerra a primeira fase regencial que era considerada de grande expectativa de progresso para a província de Sergipe, dando vez a segunda fase que, para Freire, era antiprogressista e corrupta onde quem comandava eram os prepotentes e mandões.

A revolta de Santo Amaro descrita por Felisbello Freire no Capítulo III de seu livro relata detalhamentos dos processos políticos que emergia na regência: de um lado grupos que sonhavam em construir uma província próspera livre de boicotes, corrupção visando crescimento para região, do outro lado grupos que não queriam mudanças, apegados ao mandonismo, dispostos a tudo para não perder os laços do poder, até mesmo roubar e executar inocentes. Os grupos mencionados são os partidos políticos que evoluíram na província e que tiveram uma nova denominação pós-revolta chamando assim de corcundas e rapinas.

Além disso, é importante mencionar o quanto foi significativo para o historiador descobrir que a revolta possuiu um caráter de libertação emanado pelo espírito rebelde do patriotismo do povo, em defesa da causa pública. Mas posteriormente se degenera mediante entrado que considero o ciclo obscuro do período regencial iniciado em 1836 à 1842 período esse envolto na perda do civismo assim como do patriotismo que ocorreu nesse período.

## **A obra de Maria Thetis Nunes, sua trajetória e análise**

Na continuidade da pesquisa atentamo-nos a debruçar sobre uma mulher pesquisador dentre os autores desse trabalho que também analisou os processos históricos sobre Sergipe e, entre eles, a revolta de Santo Amaro das Brotas.

Os textos do livro “Sergipe Provincial I (1820/1840)” de Thetis Nunes o segundo do rol de interpretações sobre a temática da Insurreição santamarense a ser explorado, localizado no capítulo IX intitulado “A cisão da classe dominante, nas páginas 257 à 289.

Mas, antes de entrarmos no contexto sobre a Revolta se faz necessário descrever quem foi Maria Thétis Nunes. Não será descrita sua trajetória de vida, pois alguns autores já o fizeram. buscaremos traçar as partes mais significativas de sua vida como Historiadora.

Maria Thetis Nunes nasceu em Itabaiana, no dia 06 de janeiro de 1923, filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto. Seu objetivo era transpor o mundo além da Serra de Itabaiana; esse sentimento de encarar a vida com liberdade, desvendar e desafiar o desconhecido buscando observar outras realidades, teria sido herdado de seu pai segundo a historiadora Maria Nely dos Santos que produziu livro *Thetis Nunes: uma vida* (1999, p. 68).

A Professora Maria Thétis começou sua vida acadêmica ingressando no velho Atheneu Sergipense tendo como primeiro tutor o professor Arthur Fortes que a influenciou no curso de sua vida acadêmica.

O grande Professor Arthur Fontes, assim como outros professores da época do Atheneu, prestava seus ensinamentos colaborando para que Thetis Nunes se tornasse uma aluna de um excelente perfil intelectual. Ela conquistou a atenção e também a admiração mediante seu jeito pensante, irrequieta e não conformista. Sua forma de conduzir os estudos colaborou para sua formação no curso superior.

Seu ingresso na Faculdade de Filosofia na Bahia se deu mediante exame vestibular para o curso de História e Geografia em 1942. Os 4 anos de permanência em Salvador foram de suma importância para o seu crescimento intelectual além da formação como pessoa pois aprendeu a agir, a decidir e a ser responsável por seus atos pois estava sozinha sem o convívio com a família.

Na faculdade, procurou vivenciar grandes momentos e se dedicou exclusivamente aos estudos com uma seriedade total, pois estava se deparando com novas metodologias e novas correntes de pensamento e isso significou um desafio que resultaram em conquistas. Sua dedicação na procura de adquiriu conhecimentos no engajamento da militância estudantil, buscando inteirar-se nas problemáticas político sociais e culturais. Essa interação trabalhos científicos e a produção de discurso, para isso atentou-se nas leituras de textos de Karl Marx, Engels e Plekanov.

Tratam-se de autores de difícil compreensão em sua leitura ainda mais porque no âmbito das faculdades na década de quarenta ler os pensamentos desses autores era muito complicado. Segundo do filósofo Leandro Konder, “no ensino superior (...) o nome de Marx só muito raramente era mencionado; e quando isso ocorria, em geral, estava sendo dita alguma tolice sobre ele. (...) O acesso direto a Marx por parte de algum estudioso brasileiro dependia de circunstâncias verdadeiramente excepcionais.” (KONDER apud SANTOS, p.198). Nessa época a literatura marxista no Brasil era escassa, quase não havia textos publicados em português entre essas e outras que Thetis Nunes procurou lê-los em francês e espanhol.

Ao fim de seu curso na Bahia onde sua vivência foi fecunda, preparou-se para novas caminhadas e uma delas foi o ingresso na cadeira de catedrática do Atheneu aprovada em concurso. Na sequência de sua vida acadêmica, ingressou no curso do ISEB onde tornou-se assistente do professor Candido Mendes, cuja dedicação concentrou-se no pragmatismo, no saber escutar, colher e explorar as teorias nos processos de pesquisas, que lhe rendeu o trabalho monográfico sobre Sílvia Romero e Manoel Bomfim. O ISEB também lhe rendeu o reencontro com o ideário marxista. Dessa vez através de seu professor e influenciador Nelson Werneck Sodré.

Logo após sua experiência no ISEB, pensava-se em voltar a Sergipe, mas recebeu o convite para ingressar no consulado Brasileiro na Argentina, na cidade de Rosário, cidade com 500 mil habitantes. Lá trabalhou com questões culturais devido ao seu sólido embasamento na cultura. Conseguiu promover e divulgar a cultura brasileira para o país vizinho, assim como absorveu sua cultura também, Thetis Nunes vivenciou 4 anos de experiência na Argentina e, ao voltar para o Brasil em 1965, seguiu definitivamente para Sergipe onde ingressou definitivamente no âmbito do Ensino Superior ajudando a inaugurar a então Universidade Federal de Sergipe onde lecionou até aposentar-se.

Thetis Nunes viveu uma vida intensa no âmbito acadêmico e experimentou diversas experiências além de conhecer várias culturas ajudou a desbravar o preconceito do seu tempo contra a mulher na academia, além de produzir livros que nos ajudam a conhecer a história de Sergipe e mais especificamente a Revolta de Santo Amaro. Thetis Nunes faleceu em 25 outubro de 2009.

A partir desse momento, analisamos as impressões de Thetis Nunes expresso capítulo IX “A cisão da classe dominante. A revolta de Santo Amaro”. Ela indica que havia um entrave político, ou seja, o impedimento dos poderosos oligarcas na prosperidade da Província, que não aceitavam alterações na estrutura socioeconômica existente na época, pois seu apego as formas arcaicas e coloniais almejando dominar a província mediante controle das Assembleias Províncias. Devido a essas ambições, essa classe era incapaz de aceitar quaisquer reformas.

A autora exemplifica através de citação o quê de fato seria as ambições de controle dos chefes políticos a exemplo de Almeida Boto. Afirma que “essa transformação é digna de nota e possui significado estrutural-funcional, porque ela pressupõe uma nova dimensão do poder, na qual as probabilidades de mando do senhor, pela primeira vez, transcendem aos limites do domínio senhorial e alcançam o poder político especificamente falando.” (NUNES, p. 258).

No período regencial crescia-se o inconformismo do povo, mas quem irrompia os levantes no país eram os chamados revolucionários dominantes que formavam partidos políticos a exemplo do Partido conservador para se fixar no poder e assim dominar por meio opressivo a maioria, era o que tentavam fazer desde 1831, cujo objetivo foi alcançado em 1836. O principal objetivo desse partido era extinguir os demais focos de revolta que continuavam irrompendo no país, segundo Thetis Nunes.

E esses movimentos também vão se manifestar em Sergipe nos últimos meses de 1836 e começo de 1837, e Thetis Nunes para entender esse panorama se apega também aos textos de Nelson Werneck Sodré.



Thetis Nunes trabalha a revolta Santamarense centrada no contexto político bem diferente de Felisbello Freire, que contextualiza o processo evolutivo da política sergipana até culminar nos confrontos que nortearam a província na época. Ela começa sua análise no período da insurreição, em 9 de março de 1836 assume o governo da Província de Sergipe bento de Mello Pereira, o então barão de Cotinguiba, integrante do partido legal, ou corcundas, liderado pelo cunhado Sebastião de Almeida Boto.

Segundo o trecho de Felisbello Freire usado pela autora, sua administração foi marcada por paixões político-partidárias locais, pela falta de segurança pública e individual, pelos arbítrios do poder, pelo esquecimento absoluto da lei além de serem inconscientes e ignorantes, assim descrevia Felisbello Freire em seu livro História de Sergipe.

Faz uso dos documentos produzidos por Antônio Jose da Silva Travassos<sup>2</sup> que também descrevia sua administração “como cheia de barulho e adversidade”, principalmente pelo fato do processo eleitoral vigente na época ser para a câmara do Império, concorriam a vaga dois partidos: o legal (partido do presidente da provincial) liderado por Almeida Boto e o Liberal representando a oposição. Era notório a luta partidária para definir o representante de cada partido na parte do legal (concurdas), tinham Almeida Boto e o Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira e em nome do partido liberal estavam os Drs. Manuel Joaquim Fernandes de Barros e Manuel Joaquim de Almeida Brito.

Não se pode deixar de mencionar também a composição do partido legal seu corpo integrante era de grandes senhores de terras dentre os quais estavam o capitão- mor Joaquim Martins Fontes da vila do Lagarto, Major Francisco Muniz Barreto, senhor do Engenho piedade, major José da Trindade Prado, futuro barão do Cotinguiba.

A historiadora Thetis Nunes não deixa de ressaltar os integrantes do partido liberal, compostos também por proprietários de terras dentre eles o Coronel Antônio Luís de Araújo Maciel, senhor dos engenhos de Serra Negra e Jiricó, Antônio carneiro de Menezes da vila de Laranjeiras, o Padre Gratuliano José da Silva Porto, proprietário do engenho Junco Velho, na vila de Capela, sem contar com o apoio popular liderados por Antônio José da Silva Travassos,” verdadeiro homem do povo”.

A rivalidade eleitoral para câmara foi marcada por uma disputa acirrada e pressão por parte dos detentores do poder, As apurações se deram na câmara de São Cristovão, tendo o partido liberal a maioria dos votos até serem surpreendidos pela suspensão dos trabalhos pelo pretexto de não ter

---

<sup>2</sup> Antônio José da Silva Travassos, homem de bastante popularidade e um dos principais líderes do movimento insurreto em Santo Amaro no fim de 1836.

vindo a ata do colégio eleitoral de lagarto, que chegou um surpreendente número de 3627 votos que garantiria a vitória do partido legal, vendo uma possível fraude reuniram-se os 200 eleitores e dirigiram-se ao palácio do Governo para protestar, logo, foram ameaçados pela Guarda Nacional.

Os protestos não acabaram pois os representantes continuaram suas reivindicações em São Cristovão, Laranjeiras, Socorro, Divina Pastora e Santo Amaro por intermédio das Câmaras. Mas as representações de Santo Amaro, apesar disso sofreram represálias por parte do presidente Bento de Mello. Então os descontentes novamente se reuniram agora em Rosário para novamente elaborar uma representação para ser levada pelo de Juiz Paz Luiz de Araújo Maciel, senhor do engenho de Serra Negra. Contudo foram atacados a mando de Almeida Boto, cuja força armada o mesmo reunira em sua propriedade localizada próxima a vila. Os eleitores e o juiz de Paz seguindo as formalidades do código do Processo Criminal solicitaram um reforço de cerca de 400 homens, que foram comandados pelo Juiz Luiz de Araújo Maciel o que fez com que Almeida Boto fugisse.

Insatisfeitos com a fraude os vencidos no processo eleitoral elaboraram um plano de sedição armada visando destituir o Presidente Bento de Mello, cujo o centro desse movimento seria Santo Amaro, passando para a história como Revolução de Santo Amaro. Esta vila tendo sua extensão o Cotinguiba, ficava na zona açucareira mais rica e populosa da Província de Sergipe, e este acontecimento como um marco importante da vida dos Sergipanos nos últimos meses de 1836 ao início de 1837.

Essa revolta seria o desfecho do processo que resultou na decadência da vila de Santo Amaro diante do processo de desenvolvimento dos outros núcleos urbanos da Província.

A vila de Santo Amaro localizava-se na região mais antiga e importante na vida econômica sergipana mediante a expansão dos canaviais. Thetis Nunes também expõem seu processo de povoamento com o movimento de colonização de Sergipe por Cristovão de Barros, em 1590, com a doação de uma sesmária a Aires da Rocha seu companheiro da expedição de conquista.

A construção do engenho de açúcar fazia-se necessário pois impulsionaria o desenvolvimento da região, impulsionando em 1699 o surgimento da vila de Santo Amaro das Brotas, em seu livro Thetis Nunes descreve contendo:

“Cinco portos do mar, diariamente frequentados de embarques, e desembarques, que vêm a ser Porto das Pedras, Porto dos cavalos, Porto das redes, onde ancoram, todas as embarcações de cabotagem, em distância, cada um de quase meia légua Porto do Furado e tiririca distantes trezentas braças além do Porto do engenho de Caeira, pouco acima do tiririca, com um trapiche de recebimento e exposição de caixas de açúcar, e Porto da Conceição, que também dista meia légua, compreende dentro de si perto de quatrocentos moradores de casas habitadas, tem cadeia, casa da câmara feita naquela época à custa dos povos, a igreja Matriz (uma das grandes da

Província), uma Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e outra de Nossa Senhora do Amparo dos Pardos” (2000, p.263)

A vila de Santo Amaro no começo do século XIX era considerada a mais famosa e rica da capitania, tendo uma população de 5.500 habitantes com pessoas de tipos variados. Sua área territorial estava passando por um processo de desenvolvimento contínuo formando nos arredores povoações como as de Maruim, Rosário, Japarutuba, Bom Jesus, Divina Pastora, Siriri e Capela. Devido ao processo nessa região em 1820 por meio de carta Régia D. João VI tornou Sergipe em Capitania Independente da Bahia.

Segundo Thetis Nunes mostra que Santo Amaro era uma vila rica e próspera, assim como F. Freire a classificou em seu livro como a subcorte pela tamanha importância que possuía na região, mas que declinou com o surgimento das povoações circunvizinhas, e, mediante fatores geográficos, localização facilitava o comércio assim como a comunicação. Essas alterações começaram a dificultar a entrada de navios nos portos e a produção de açúcar da região começou a ser escoada para os portos de Maruim prejudicando a vida dos Santamarenses.

Laranjeiras também já havia sido ultrapassada em termos econômicos. Localizada nos arredores da Capital às margens do rio Cotinguiba, contava 3000 habitantes e seu porto distanciava da barra de Aracaju 3 léguas e ancorava cerca de vinte barcos.

Devido ao seu declínio procedeu a possibilidade de sua mudança para outra vila. Houve tentativas de transferência em 1825 com o Presidente Manuel Clemente Cavalcante, que propôs a mudança para Maruim, a outra em 1828 na presidência de Inácio José Vicente, em 1833 teve outra iniciativa liderada por José Pinto de Carvalho na época ocupava a vice-presidência interinamente. Através do fundamento do código do Processo Penal para desmembrar Santo Amaro e criar a vila de Capela que na ocasião foi extinta e substituída por Maruim. Enfim, para alguns senhores de terras, principalmente para Sebastião G. de Almeida Boto, a proposta foi bem aceita.

Mas uma boa parte dos proprietários rurais colocaram-se contrários a essa transferência, por motivos de interesses que estavam centrados na Vila de Santo Amaro, além de uma existente parcela de população livre que Thetis Nunes utilizando-se da teoria marxista denomina de pobres destituídos de direitos e privilégios sociais.

Embora os de classe desprestigiada não entendessem os diferentes interesses que os separavam das camadas mais ricas, mesmo assim os acompanhavam Thetis Nunes os colocam se utilizando da definição de Hobsbawm como *rebeldes primitivos*.

A população da vila Santo Amaro viu-se em um grande descontentamento. Silva Travassos, enquanto líder, procurou contornar a situação e barrando a transferência por meio de uma insurgência

armada. Mas o presidente da Província temendo uma revolta convocou a Assembleia Legislativa e por meio da lei de 21 de agosto de 1835, a fez retornar na condição de vila. Essa situação mostrou na consciência do povo de Santo Amaro o quanto são fortes e consolidando Silva Travassos como líder. Pode-se dizer que seriam esses elementos que aturam para configurar os acontecimentos em Santo Amaro nos fins de 1836.

A Política na Província de Sergipe já estava dando sinais de conflitos entre partidos causados por interesses distintos. O presidente Dr. Joaquim Marcelino de Brito já alertava as autoridades regências em 1832, assim como o presidente Dr. Silva Lisboa que em 1835, havia descrito o cenário das oligarquias em Sergipe como de grande rivalidade, tendo lutas em busca do poder.

O processo de rivalidade política dos donos do poder na região assim com as contradições sociais além do populismo de Silva Travassos deixa claro a reação contra a fraude eleitoral ocorrida, dando o parecer favorável ao partido legal contra o partido liberal que fazia oposição. Por esse motivo Santo Amaro tornou-se o centro do movimento insurreto.

Após as tentativas fracassadas dos oposicionistas do partido liberal contra a contagem dos votos que elegia o representante da Província na câmara Imperial o objetivo era a deposição do Presidente Bento de Mello, para ser substituído pelo vice Manuel J. Fernandes de Barros, que se encontrava ausente por esta no Rio de Janeiro participando de uma Assembleia Geral como deputado.

Em 18 de novembro de 1836 inicia-se a revolta tendo como divulgador na região Antônio Luís Maciel, que atacou sem muita resistência a vila de Laranjeiras tomando posse dos armamentos e munições. Em seguida atacaram a barra do Cotinguiba e os revoltosos se organizaram no Engenho Santana.

O coronel Bento de Mello providenciou defesas na capital da Província, com objetivo defendê-la de um possível ataque dos revoltosos contando com o apoio dos correligionários, principalmente seu cunhado Almeida Boto.

Em 18 de Novembro um contingente de aproximadamente 400 homens sobre o comando do Juiz de Paz Luís de Araújo Maciel “o patriarca de Serra Negra” partiu de Santo Amaro procurando atacar a Vila de Rosário, quartel-general de Almeida Boto, que fugira do cerco da resistência.

A situação em Rosário fez criar um temor para Província, obrigando o Presidente Bento de Mello chamando os combatentes da Guarda nacional das vila para trazerem seus batalhões, mas muitos se recusaram à convocação só recebendo um efetivo de Itabaiana composto por 60 homens sobre o comando pelo Capitão Francisco José da Graça Leite, proprietário do Engenho Passagem.

Outro que atendeu a convocação foi a Vila de Lagarto que por ventura tornou-se o quartel-general da resistência aos insurretos impedindo sua expansão pelo sul da província.

Almeida Boto, como Thetis Nunes informa, foi designado pelo Presidente Bento de Mello como tenente-coronel e comandante das forças contra os revoltosos de Santo Amaro, mas não contava com a desistência de algumas províncias assim citado anteriormente. A razão estaria no não comprometimento de algumas províncias e o presidente teve que apelar a promessa de pagamento do soldo que era de 500 réis diários. Para o atendimento dessas despesas teve que recorrer a empréstimos particulares como o fiador Major José da Trindade Prado.

A real situação na região era de tamanha gravidade, devido a falta de tropas suficientes para repelir o ataque a capital fez com que Bento de Mello precisou apelar para a província da Bahia cujo o Presidente era Francisco de Souza Paraíso. Por meio de correspondência, relatou os ocorridos na Província a fim de conseguir um reforço de cem praças pelo mar afim de conter os insurretos que já tomaram alguns pontos da província como Maruim e Capela, locais onde havia ocorrido muitas mortes, com as tropas se preparando para invadir da Capital para depor o Presidente Bento de Mello.

A Província da Bahia sabendo dos fatos enviou o auxílio que fora solicitado para conter os revoltosos. Enquanto os reforços não haviam chegado Bento de Mello procurou ganhar tempo estabelecendo negociações de nulidade da eleição da vila de Lagarto, aguardando a conclusão. Os revoltosos retornaram para Santo Amaro, dando prazo suficiente para que os reforços chegassem a tempo de atacarem de surpresa os insurretos, que procuraram se defender. Percebendo a inferioridade decidiram abandonar a vila deixando para trás seus pertences e feridos, no comando da invasão estava Almeida Boto cuja ordem foi matar os feridos e saquear os lares e as igrejas da vila.

Os santamarenses procuraram se reorganizar a ponto de repelir os ataques a vila, atemorizado mais uma vez Bento de Mello novamente apela a Bahia que mais uma vez atende ao pedido, desembarcando as tropas em 11 de janeiro de 1837.

Enquanto os combates se seguiam, o governo estabelecia manobras de perseguição aos envolvidos na revolta com a suspensão das garantias constitucionais, colocando a cabeça dos chefes a prêmio, ocasionando a dispersão dos envolvidos para outras Províncias principalmente Bahia e Alagoas. Se refugiaram nas Alagoas Silva Travassos e o Dr. Fernandes de Barros além de outros que buscaram Penedo com refugio já o Dr. Souza Brito seguiu para a Bahia, já o vigário de Santo Amaro Padre Gonçalo Pereira encontrava-se detido como refém na vila de Laranjeira.

Thetis Nunes nos mostra o quanto a insurreição foi importante devido ao número de pessoas processadas: total de 39 e entre elas, na sua maioria, grandes proprietários de terras e pessoas ligadas

à vida da vila de Santo Amaro como Silva Travassos. Afirmar que poderia ter proporções maiores se não fosse o desembarque das tropas da Bahia.

Mas mesmo com as perseguições aos envolvidos, não cessaram os conflitos perdurando até que o governo regencial procurou pacificar a Província substituindo o Presidente Bento de Mello por José Mariano Cavalcante de Albuquerque que assumira em 19 de janeiro de 1837. Esse cearense também governou outras Províncias entre elas a do Ceará e Santa Catarina.

Além da anulação das eleições que aconteceu dias antes da substituição, em 9 de janeiro do mesmo ano, através da portaria Ministerial do Império, que acatou as denúncias de fraude da vila de Lagarto principal estopim que deflagrou da revolta santamarense.

Na visão da autora a revolta de Santo Amaro representou a ruptura das classes dominantes em meio ao processo conturbado que foi a política Sergipana na época, a luta entre partidos e a vontade de se perpetuar no poder levaram a um pleito repleto de manobras fraudulentas por parte dos grandes proprietários de terra. Fazendo com que a oposição se mobiliza-se em prol da estabilidade política. A insurreição se mostrou ativa e contribuiu para dar conscientização as classes mais baixa, porém não evitou a consolidação de Almeida Boto no Poder.


## **Ibarê Dantas e sua trajetória**

Dando sequência a seleta ordem de autores que desenvolveram análises sobre o contexto da insurreição santamarense não podemos deixar de falar desse renomado historiador e cientista político cuja a preocupação de sua produção intelectual esteve voltado para o desenvolvimento de renovação de métodos e técnicas das pesquisas científicas em Sergipe.

É importante ressaltar assim como o fez o Professor Dr. Fernando Sá ao descrevê-lo como sério profissional no trato dos documentos, o cuidado que o historiador tem ao fundir aspectos teóricos e práticos do fazer histórico e historiográfico também.

José Ibarê Costa Dantas, sergipano de Riachão do Dantas, nascido de família abastada, iniciou seus primeiros estudos no colégio da própria cidade de Riachão no Educandário D. Bosco. Em 1951 migrou para Aracaju onde ingressou no ginásio do colégio Jackson de Figueiredo e concluindo o segundo grau no colégio Marista em Salvador; esses dois últimos colégios eram considerados de elite,

Antes de ingressar na faculdade procurou estabelecer sua autonomia financeira trabalhando com bancário em São Paulo onde permaneceu por um ano, o que fez sem interromper seus estudos. De volta para Aracaju continuou no ramo bancário só que pelo Banco do Brasil e nesse período

ingressou na Faculdade de Direito pela Universidade Federal de Sergipe em 1967, mas pouco tempo depois percebeu que não era isso que queria e mudou para História o que, na época, era praticamente absurdo ter esse tipo de atitude pelo  desprestígio do magistério.

Ao graduar-se em História trabalhou com professor no colégio Castelo Branco. Tornou-se professor universitário ao se submeter a concurso para Universidade Federal de Sergipe e lá, ele não escolheu o Departamento de História mas sim o de Ciências Sociais.

Posteriormente, ingressou no mestrado em ciência Política na Universidade de Campinas acentuando ainda mais sua trajetória intelectual. Como pesquisador se realizou quando sua pesquisa feita na graduação se transformou em seu primeiro livro cujo tema é sobre tenentismo (O tenentismo em Sergipe).

Na UNICAMP deu continuidade aos estudos sobre história política de Sergipe. Participou em diversos congressos e seminários e em associações acadêmicas, além de exercer funções variadas em postos administrativos sempre nas áreas intelectuais como a direção no CEIS (Centro de Estudos e Informática Superior), NPPCS (Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) e no ponto mais alto na vida intelectual de um historiador sergipano encontra-se o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) considerado modestamente de panteão dos historiadores de Sergipe.

Nas produções bibliográficas Ibarê quase nunca utilizou-se somente de teorias como foi dito nos primeiros parágrafos pois dedicou-se a testar conceitos na prática de pesquisa empírica, sempre debruçando-se na história republicana de Sergipe, com exceção da biografia de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, livro base para falar do contexto sobre a Revolta de Santos Amaro das Brotas.

Ibarê Dantas nesta obra biográfica debruça-se no contexto político provincial de Sergipe. Fruto de pesquisa criteriosa baseadas em cartas, inventários, anais e jornais, como observado pelo professor Fernando Sá no XIV encontro Sergipano de História que em 2012, tratou sobre a historiografia de Ibarê “sua proposta de análise manteve-se próxima do diálogo entre a ciência política, a filosofia e a história pautado nas ideias de Hannah Arendt de analisar a “pessoa no mundo” e não o “mundo na pessoa, o que priorizasse o homem político inserido no processo político”, ou seja, a biografia tende a objetivar a compreensão das práticas políticas ocorrentes na época, mostrando os comportamentos Líderes provinciais.

O livro intitulado "Leandro Maciel: O patriarca de Serra Negra", é uma biografia que tem como objetivo central contribuir para uma melhor compreensão da política do século XIX em Sergipe no qual Ibarê Dantas afirmou que analisar o período republicano sentiu a necessidade de estudar sistematicamente a política da fase Imperial.

Ao examinar a gênese da família Maciel, Ibarê Dantas percebeu que sua estirpe poderia servir de eixo temático para estudar a dinâmica política de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas foi uma descoberta prazerosa da trajetória política dessa família que começou por seu avô paterno Antônio Luiz de Araújo Maciel Juiz de Paz na época e um dos líderes da Insurreição.

A análise da revolta no contexto do livro de Ibarê Dantas será feita pela história do próprio Antônio Luiz Araújo Maciel, pois o mesmo no início de sua vida política viu-se em meio a grandes agitações mas a que vamos colocar em destaque será o contexto da própria revolta. Contudo, o que não se pode deixar de ressaltar é o fato de o próprio Antônio Luiz envolver-se em revoltas anteriores e justamente pelos motivos eleitorais, mas nenhuma o empolgou tanto e o constituiu de tão grande desafio como a de Santo Amaro.

A interpretação de Ibarê Dantas começa nos primeiros anos do século XIX, cujo interesse ambicioso de alguns senhores da povoação de Maruim começara a contestar os da população de Santo Amaro pelo fato de serem sede de amplo e rico território. A discussão se acentuou com a chegada José Pinto de Carvalho, português que estava atuando no mercado de Maruim e intervindo com agilidade na política. Maruim começava a prosperar e, junto com ela, os proprietários de terra e comerciantes que haviam tendo cada vez mais influência, pleitearam elevar Maruim ao status de vila, mediante estagnação de Santo Amaro. Por esses fatores, ocorreram tentativas de mudança da vila para Maruim que se tornava mais prospera, assim como a resistência dos Santamarenses.

Lembremos que esse período coincide com abdicação de D. Pedro I, período esse de sedições em várias partes do Império: Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará. A Nação estava vivendo momentos de crise governamental, por conta disso o governo central para controlar a situação estabeleceu através do Ato Adicional a extinção do Conselho de Governo<sup>3</sup> e criou as Assembleias Provinciais, tendo como finalidade diminuir as prerrogativas das Câmaras Municipais e aumentou a centralidade administrativa do governo Imperial. Mas sua funcionalidade continuava enfrentando dificuldades para operar.

Voltando a conjuntura de Sergipe, Ibarê Dantas contextualiza a gravidade ocorrente em 1835, quando a Assembleia Legislativa Provincial confirmou a extinção da vila de Santo Amaro das Brotas para a criação da vila Maruim. Por meio desta decisão os habitantes da tradicional Santo Amaro das Brotas manifestaram através de força armada seu descontentamento e reivindicaram a anulação das eleições dos deputados e dos atos da Assembleia legislativa assim como a deposição do Presidente da Província Bento de Mello.

---

<sup>3</sup>Camondongos era o nome dado ao partido Liberal na época da revolta Santamarense esse apelido adivinha do Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito na época que estudava em Coimbra.



Ibarê Dantas ressalta as tensões decorrente ao pleito para a Assembleia Geral que segundo o próprio: “um dos mais escandalosos da história eleitoral da Província, tornando Sergipe motivo de chacota no parlamento nacional. Basta dizer que dos 414 eleitores que [poderiam ter votado na Província em 1836], apareceram cerca de quase 5000 votos”. (DANTAS: p, 47). Nessa análise de votantes se nota uma imprecisão por parte de Ibarê na quantidade de votos diferente de Thetis Nunes que dá de forma precisa a quantidade de 3627 votantes na eleição de 1836.

Ibarê nos chama atenção para as mudanças do nome dos Partidos que rivalizaram as eleições: o Partido Legal, que anteriormente chamava-se Corcundas mas passou a se denominar de Rapina <sup>4\*\*</sup> devido as ações de roubos decorrente a invasão a Santo Amaro. Em contrapartida o partido adversário chamado de Liberal foi apelidado de camondongo. Esse conflito partidário que perdurou de 1836 a 1848, ficou conhecida como “a luta entre rapinas e os camondongos”.

O grupo mais prejudicado nessa disputa de poder foi o Partido Liberal (camondongos), que procurou firmar-se na Província sob o comando do Dr. Fernandes de Barros com a corroboração das lideranças Jose da Silva Travassos em Santo Amaro e Antônio Luiz de Araújo Maciel em Rosário. Antônio Luiz de Serra Negra. Segundo Ibarê Dantas, assim era chamado e acompanhou todas as questões dos santamarense, apesar de ter integrado antes o partido dos corcundas (rapinas), migrou para o outro Partido o Liberal (camondongos). Portanto ele participou do lado contrário ao governo na fraude eleitoral tornando-se também vítima das falcatuas dos adversários.

Homem de família composta de 8 filhos e esposa, administrava seus negócios e atuava politicamente na região e assistiu de perto às fraudes dos pleitos de 1835 e de 1836. Acompanhou ascensão de Bento de Mello e do deputado e também cunhado Gaspar de Almeida Boto.

Bento de Mello, Barão de Cotinguiba, em sua vivência conseguiu um longo histórico de lutas. Nascido em Vila Nova em 1780, foi capitão-mor das ordenanças, ajudou a combater os revolucionários de 1817 na qual Antônio Luiz de Serra negra também se encontrava comandou as tropas em Sergipe de 1827 à 1829, foi membro do governo da Província em 1830 e presidiu a Província em 1837.

Sobre seu cunhado Almeida Boto, Ibarê Dantas destaca que era jovem, mas vinha num crescente destaque. Nasceu no engenho de Maroim em 1802, termo de Santo Amaro, teve presença nos combates pela independência ao lado do comandante Labatut e integrou o conselho da Província, em 1834, elegendo-se deputado da Câmara. Dono de trapiche em Maroim, desfrutava das taxas de fluxo do açúcar quando Antônio da Silva Travassos também dono do Engenho Rio Vermelho

---

<sup>4</sup>Rapina era como se chamava o partido legal esse apelido faz alusão aos saques que os legais haviam feito na vila de Santo Amaro quando invadiram nos fins de 1836.

pretendia criar uma desobstrução no rio Japarutuba facilitando a saída das mercadorias da rica região canavieira que era cortada pelas bacias; isso fez com que se criasse uma desavença que Almeida Boto.

Como foi colocado acima, as desavenças entre Santo Amaro e Maroim se acirravam mediante interesses por parte dos grandes proprietários das duas localidades inclusive os dois já citados.

Quando o governo passou para as Mãos de Bento de Mello, criou-se um grande problema para os opositores, que constantemente eram provocados, vendo que não havia possibilidade de entendimento representante das quatro Províncias vizinhas Santo Amaro, Laranjeiras, Capela, Rosário do Catete, reuniram-se para irromper a revolta.

Como representante de Rosário Antônio Luiz de Araújo Maciel participou das resoluções na reunião de Santo Amaro passando a comandar uma parte das operações. Sob seu comando os rebeldes assaltaram os quartéis de Laranjeiras para obtenção de armas e munições; na sequência propagou-se com êxito em alguns locais.

Um outro grupo partiu para Barra do Cotinguiba e de Aracaju também com êxito, vendo-se sem saída Bento de Mello solicitou reforços a Bahia, os rebeldes para aumentar seu contingente procurou agrupar índios, enquanto Antônio Luiz de Serra Negra partia para outras províncias para propagar a revolta. Assim reunindo 400 homens armados partiu muito confiante de Santo Amaro para Rosário com intenção de tomá-la de Almeida Boto que o havia controlado, depois de algumas batalhas Almeida Boto resolveu recuar deixando Rosário para os revoltosos comandados por Antônio Luiz, ao passo que o movimento se espalhara por várias vilas da Província com eventos heróicos e ações impiedosas.

Após vários confrontos com vantagem para os revoltosos, Bento de Mello usou do artifício de solicitar um armistício reunindo-se no Engenho Santana. Com o deslocamento dos opositoristas, abriu uma brecha para que Almeida Boto traiçoeiramente invadisse Santo Amaro matando e saqueando suas casas e igrejas.

Em 2 de Dezembro de 1836, Bento de Mello, o então Presidente da Província declarou vitória aos governistas, deflagrando perseguições aos líderes do Movimento revolucionário. Alguns desses líderes por questão de segurança partiram para outras Províncias, sendo que boa parte deles migraram para a vila de Penedo, possivelmente Antônio Luiz de Araújo Maciel tenha sido um deles. Ibarê Dantas indica também do fato do mesmo ter sido processado como sendo um dos cabeças da Revolta. Nesse confronto, o presidente Bento de Mello juntamente com o chefe das forças legais Almeida Boto que fora promovido a Coronel, saíram vitoriosos desse movimento sobre os revoltosos de Santo Amaro e Rosário.

Um fato importante que Ibarê Dantas aponta é o fato da reviravolta das ações políticas na Província. Ele expõe, baseando-se nas observações de Felisbello Freire, que Sergipe passava por um período de transformações que vinha dar à Província prosperidade, pois inicialmente Sergipe estava sendo administrado por bons governadores de caráter progressista, mas decaiu com a ascensão de Bento de Mello permitindo a época da politicagem de campanário, das agitações e dos atentados às liberdades públicas.

Referindo-nos ao contexto em 1837, o governo regencial no Rio de Janeiro, vendo a situação que repercutia em Sergipe, procurou a reconciliação anulando o pleito vergonhoso de 1836 e ordenando outra eleição. Mas a violência voltou a imperar. Santo Amaro foi outra vez saqueada e os governistas certificaram-se firmando sua força. Isso fez com que a câmara dos deputados considerasse o governo regencial sem condições de convocar as eleições, deixando Sergipe numa situação complicada a ponto de a Província ficar sem representação na Legislatura de (1838/39).

No âmbito das discussões sobre a questão de Sergipe, Almeida Boto exercia seu domínio perseguindo e penalizando os adversários e tornando-se vitorioso na candidatura à Assembleia Geral em 1839. Sua administração ficou para a história local como a mais sofrível do século XIX.

Antônio Luiz de Araújo Maciel não podendo fazer nada assistiu a todos os fatos à distância, pois estava passando por momentos difíceis no pós-1836, sendo indiciado, processado, levando a família a grandes provações tendo que se ausentar da política temporariamente para dedicar-se aos seus negócios de senhor de engenho.

Antônio Luiz de Serra Negra viveu num período tempestuoso de transição do colonialismo para a consolidação da Independência, participou de alguns movimentos armados entre eles a revolta de 1817 em Pernambuco, sendo combatente pela Coroa, além da rebelião contra o governo de Manoel Silveira em 1824, e liderou os Santoamarense em defesa dos seus direitos em 1836. Ibarê Dantas coloca a posição do Patriarca de Serra Negra com a conformidade dos interesses do grupo a que pertencia, em sintonia com as tendências políticas que seriam historicamente valorizadas.

## **Considerações Finais**

No decorrer deste trabalho de investigação sobre a historiografia da revolta de Santo Amaro, nos possibilitou conhecer as visões de cada autor citado nessa pesquisa e seus pontos de vista sobre o ocorrido em Santo Amaro, e o que podemos notar com clareza, foi o quanto o poder local exerceu

sobre as regiões da Província e como as oligarquias nordestinas eram tão dependentes dessas relações de poder.

Essa característica política marca a subordinação da comunidade aos valores dominantes instaurando no imaginário social e político fazendo que se perpetue, afinal de contas quem está no poder nunca quer sair e se for possível matar com certeza o farão cansado de uma política suga fizeram com que intelectuais e pequenos proprietários se juntassem em prol de liberdade política e acima de tudo prosperidade, mas a comunidade oligárquica tradicionalista na aceitava mudança.

A partir daí uma luta partidária ocorre e golpes acontecem justamente para a perpetuação continuar, um partido se beneficiar de fraudes enquanto outros não aceitando o ato insita uma revolta e lutas sangrentas acontece o descontentamento é geral por parte da maioria, ações de contenção são feitas mas nada adianta o governo vendo que estava em desvantagem pede socorro ao vizinho a província da Bahia a ajuda vem e os confrontos se aceram medidas novas são tomadas e líderes da insurreição são cassados.

Essa é a visão do que foi a revolta de Santo Amaro para os três autores sergipanos sendo que Felisbello Freire conduz seus argumentos para o desenvolvimento político e suas fases colocando dois momentos distintos na Província Sergipana, Thetis Nunes é mais voltada ao caráter unicamente político, mas também, dedicou suas atenções ao processo de crise econômica tendo como base para tal análise a perspectiva ideológica e a teoria Marxista.

O último autor analisado nesse artigo a dispor considerações é Ibarê Dantas atribuindo ideias influenciadas por Hanna Arendt de analisar a pessoa no mundo fez com que o autor objetivasse sua compreensão das práticas políticas que acenderam o estopim da revolta, por meio da biografia de Leandro Maciel que teve seu avô como um dos personagens principais da insurreição.

## **Abstract**

The Santo Amaro Insurrection was an important landmark for the political process of the provincial and of great historical value for the region, having national repercussions at the time, although little worked by our historians. The present article analyzes how Sergipe historiography describes this historical event that occurred in late 1836 and early 1837. Using as a methodology the bibliographical research based on readings of the written texts about the theme in the works of the three selected authors, trying to show the importance of the valorization of the historiography of the event in evidence, valuing and prioritizing the historiographic studies.

**Key Words:** Revolt, Politics, Historiography

## Referências

**SILVA**, Rogerio Forastieri da. **Historia da historiografia**: capítulos para uma história da historiografia. Bauru/SP: EDUSC, 2001. 336 p.

**DIEHL**, Astor Antônio. Considerações para uma teoria da Cultura Historiográfica. In: **DIEHL**, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2. Ed, ver, e ampl. Passo Fundo: UPF, 2004, pp 17-72.

\_\_\_\_\_. Introdução In: **DIEHL**, Astor Antônio. **A cultura Historiográfica brasileira do IHGB aos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, pp.11-20.

**LAPA**, José Roberto do Amaral. **A História em Questão: Historiografia Brasileira Contemporânea**. Petrópolis Vozes 1976.

**GLEZER**, Raquel. **Historia da Historiografia Brasileira**: construções e permanência. In: **SAMARA**, Eri Mesquita. **Historiografia Brasileira em Debate**: “olhares, recortes e tendências”. São Paulo: Humanitas, 2002, pp 25-43.

**RODRIGUES**, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

**MALERBA**, Jurandir. **Teoria e história da Historiografia**. In: **MALERBA**, Jurandir. **A história Escrita: teoria e historia da historiografia**. São Paulo: Contexto 2008.

**CARBONELL**, Charles- Olivier. **Historiografia**, ed. Editorial Teorema vol. 11, Trad. Pedro Jordão, pp. 61-72

**FREIRE**, Felisbelo. **Historia de Sergipe**. 2ª edição p. 284-300

**NUNES**, Maria Thetis, **Sergipe Provincial I: 1820-1840**. Cap. IX, / Maria Thetis Nunes.- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. Pp. 257-279.

**SANTOS**, Maria Nely. **Professorfa Thétis: Uma vida**/ Maria Nely Santos, Aracaju: Gráfica Pontual 1999, 264p.

**DANTAS**, Ibarê. **Leandro Rideiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a Politico oitocentista em Sergipe**/ Ibarê Dantas—Aracaju: Criação, 2009, pp. 37-55.

**Ibarê Dantas e a Política Sergipana**. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/4889>, Acesso em: 01 de Março de 2018 ( Artigo)

**Maria Thetis Nunes: Um olhar sobre a revolta de Santo Amaro**. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6970> Acesso em 05 de Março de 2018 ( Monografia)

**Sobre a Lupa de Ibarê.** Disponível em: <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/05/ibare-costa-dantas.html> Acesso em 01 de Março de 2018 ( Artigo).

**Ibrarê Dantas e a Historiografia Sergipana.** Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=3859&t=ibare-dantas-e-a-historiografia-sergipana> Acesso em 01 de Março de 2018. ( Artigo)